

O Arquivo Histórico do
Museu Histórico Nacional-
trajetória e metamorfoses

Denise Portugal

José Bittencourt

Rosângela Bandeira

Com a colaboração de
Eliana Balbina Salles

Um texto publicado em 1984 pela Sociedade dos Arquivistas Americanos define o arquivo de um museu como sendo "os registros não-correntes, de valor permanente, preservados devido à sua importância continuada"¹. Segundo o mesmo texto, os documentos são preservados num museu por intermédio de programas de implantação e desenvolvimento de arquivos, pois têm importância para estabelecer a identidade institucional e permitir a recuperação da sua história.

Por este ângulo, o Museu Histórico Nacional atualmente possui, em sua estrutura administrativa, um arquivo organizado de forma a preservar os registros gerados pela dinâmica institucional, não apenas relativamente ao acervo museológico, mas também à sua vida administrativa². Atualmente, este arquivo permanente administra milhares de documentos. Sua importância é inquestionável, e o acervo, sob sua responsabilidade, tem servido de base a diversas atividades administrativas e de pesquisa.

Mas não é desse arquivo que trata este artigo. Isto porque possui o Museu Histórico Nacional um outro arquivo, que não cabe na definição citada anteriormente. Não é, entretanto, um arquivo que lide com fundos ou séries documentais; tampouco é um arquivo que busca preservar os registros da vida cotidiana institucional. Seu elo de semelhança com outros arquivos é sobretudo o fato de que preserva documentos registrados sobre suporte papel. Trata-se esse outro arquivo do Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.

AS ORIGENS DO ACERVO - A INDISTINÇÃO CONCEITUAL

O Museu Histórico Nacional foi criado em 1922 com o objetivo de centralizar, em uma única instituição, as relíquias legadas pelo passado nacional e articuladas, especificamente, à história do país. Relíquias são objetos que podem "muito bem representar um personagem sagrado ainda que não se lhe assemelhe de forma alguma. Este é, por exemplo, o caso das relíquias, que tiram sua virtude santificante do fato de terem estado em contato com os santos ou serem partes de seu corpo. Todavia, as relíquias representam não só o sagrado, mas também o passado"³. Os objetos tridimensionais recolhidos pelo Museu Histórico, desde sua fundação, parecem reunir virtudes de santidade⁴; os registros sobre suporte papel, a iconografia, em particular, são capazes de aprisionar o passado e representar um tempo desaparecido. Mas os objetos que começaram a ser recolhidos em 1922 eram entendidos também como documentos, ou seja, testemunhos legados pelos grandes vultos e pelos grandes acontecimentos que, segundo o entendimento da época, eram os

“produtores” da história⁵. Os objetos eram, assim, provas (testemunhos) da existência real dos vultos e dos acontecimentos.

Nesta fase de formação do acervo do Museu Histórico Nacional, pode-se falar de uma completa indistinção conceitual entre as noções de objeto tridimensional e documento. É muito pouco provável que tal indistinção resultasse de qualquer incapacidade teórica dos primeiros técnicos em formular qualquer dos conceitos; esses especialistas estavam preocupados em marcar o espaço a ser ocupado pela nova instituição, e justificar a transferência de acervos até então depositados em outras repartições como, por exemplo, o Arquivo Nacional. Ainda que certas espécies documentais estivessem mais corretamente alocadas naquela repartição, a existência de uma instituição cujo objetivo era reunir e expor testemunhos da história brasileira justificava tal transferência.

Nos primeiros grupos de objetos incorporados ao acervo do novo museu, assinalam-se muitos itens classificados como arquivísticos. Por sinal, o catálogo⁶ aparecido em 1924 dá conta de que uma das primeiras grandes aquisições feitas pelo Museu, a coleção J. J. Raposo, comprada pela instituição em 1923, continha mais de duzentos registros sobre suporte papel.

A EXPANSÃO DO ACERVO - MUSEU DE DOCUMENTOS, 1924-1940

O período que vai do final da década de 20 até os anos 50 é uma época de grande expansão do acervo sob guarda da Instituição. De 2.476 objetos relacionados no catálogo de 1924, o acervo de objetos tridimensionais passa, ao final dos anos sessenta, dos dez mil itens. Por outro lado, cabe observar que em 1924 não havia distinção entre objetos e documentos, mesmo quando considerados museograficamente. Os documentos sobre suporte papel, independente de serem manuscritos ou iconográficos, eram expostos junto com outros objetos tridimensionais, recebendo exatamente o mesmo tratamento que estes últimos. Fotografias das salas de exposição nas décadas de 30 e 40 mostram documentos iconográficos emoldurados e expostos, e documentos dentro de vitrinas, situação a que, por sinal, os relatórios anuais se referem.

Nesta época, o Museu Histórico Nacional era um museu de documentos. Não apenas por seu acervo, no conjunto, testemunhar a existência real do passado, mas também porque os registros sobre suporte papel, manuscritos ou iconográficos, eram expostos como para ilustrar certos aspectos dos vultos e fatos históricos que os objetos tridimensionais não poderiam apresentar, principalmente no que tange a personalidade civil e pública das figuras históricas e aspectos da sociedade do passado. Numa curiosa metamorfose

conceitual, documentos, provas e/ou *testemunhos*, portadores de certa objetividade, transformam-se em *monumentos*, que têm como “características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”⁷.

As doações que chegam ao Museu Histórico Nacional em grande número no período entre 1930 e 1955 incluem sempre grande quantidade de itens que podem ser classificados como documentos sobre suporte papel. A coleção Miguel Calmon, incorporada ao Museu em 1936 e inventariada por Gustavo Barroso⁸, relacionava uma categoria denominada Diplomática. Esta incluía os itens definidos como documentos, mas de caráter privado, como, por exemplo, diplomas acadêmicos, títulos de sociedades intelectuais e científicas, documentos pessoais e até títulos de clubes. Essa documentação vem evidenciar o personagem como vulto histórico. Uma seleção criteriosa afasta do Museu a vida privada e familiar de Miguel Calmon, que aparece apenas como homem público e membro da elite. Todos esses objetos estavam expostos numa sala-monumento em homenagem ao titular.

Esta situação é explicável por diversos motivos. Em primeiro lugar, a proposta programática do Museu, que enfeixa todas as questões relacionadas acima: reunir e expor ao público relíquias que documentassem a história brasileira, de maneira a despertar o patriotismo por meio do amor pelo passado⁹. A instituição não era, nas suas duas primeiras décadas de existência, pensada para atender a pesquisadores, mas a visitantes, que deveriam ser colocados em contato com todo o acervo. Em segundo lugar, a falta de espaço. Desde sua fundação, o Museu lutou com grandes dificuldades, do ponto de vista de suas instalações. Começando com duas salas, expandiu-se aos poucos, disputando espaço com outras repartições públicas no prédio do Arsenal de Guerra. Não havia espaço para a instalação de áreas técnicas. Havia objetos expostos até mesmo na Secretaria e na Sala de Conferências e a biblioteca especializada era instalada no gabinete do diretor e na secretaria. Desde o final da década de 30, os relatórios anuais citam dificuldades de conservação de registros sobre suporte papel¹⁰.

O novo governo, que assumiu o poder a partir de 1930, passou a dar apoio crescente à Instituição, que se manifestou, dentre outras formas, pela cessão de maior área no prédio. Assim, a partir de 1942, os documentos começaram a ser retirados das vitrinas e das molduras e entregues à secretaria do Museu Histórico Nacional. Não há, nesta época, nenhuma referência a um arquivo, mas, pelo que podemos deduzir, essas transferências, as aquisições que se realizavam com constância e as transferências de documentos não expostos que faziam parte de outras seções foram constituindo um acervo

documental e, paralelamente, uma identidade conceitual a partir da criação de tal universo.

O SURGIMENTO DO ARQUIVO E A GÊNESE DO CONCEITO DE DOCUMENTO - 1945 -1954

O termo "arquivo" apareceu pela primeira vez no relatório de 1945. Referia-se ainda a um local, onde se "acumula a documentação que foi transferida das salas de exposição.(...) O arquivo central constitui verdadeira seção autônoma, subordinada à chefia do Museu"¹¹. O motivo da transferência é a reforma das salas, que acontece durante a década de 40. Os relatórios sempre citam o estado de deterioração de documentos manuscritos e iconográficos como motivo principal de sua retirada da exposição. A existência de uma identidade conceitual para os registros sobre suporte papel parece, já nesta época, estar consolidada, uma vez que, em 1945, foi incorporado ao quadro técnico do Museu um arquivologista, imediatamente encarregado da organização da coleção documental. O inventário que este técnico realizou marca o momento em que o conceito de documento separa-se definitivamente do de objeto museológico, pois segue um método de trabalho considerado mais adequado para o tratamento de itens arquivísticos. O relatório de 1945 dá conta de uma série de providências que indicam a formalização do tratamento diferenciado dos registros sobre suporte papel: constituição de instrumentos de referência, uma divisão do universo em espécies documentais¹² e localização topológica.

Estes dados permitem estabelecer uma questão importante no que tange ao surgimento e institucionalização do Arquivo do Museu Histórico Nacional. Desde a fundação do Museu, o conceito de relíquia associado ao de testemunho define todo o acervo, independente de seu tipo. Dada a existência destes conceitos, que se aplicam a todos os itens preservados, a distinção entre objetos tridimensionais e registros sobre suporte papel só é possível pela via do método através do qual se fará o tratamento técnico. A partir de tal distinção, determina-se não apenas o lugar do item no Museu - conclui-se que a exposição não seria a localização mais adequada -, mas até sua relação com o visitante.

Neste sentido, o relatório de 1949 apresenta um dado muito significativo: pela primeira vez é citada a possibilidade de consulta ao acervo documental em separado com relação ao acervo tridimensional¹³.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO E A EXPANSÃO DO CONCEITO - 1954-1984

Embora institucionalizado, o Arquivo não existia formalmente até 1954, quando foi aprovado um novo regimento interno para o Museu Histórico Nacional. Este novo regimento promoveu alterações significativas na estrutura administrativa da instituição. Dentre outras alterações, criava a Divisão de Documentação¹⁴, repartição do Museu encarregada de todos os registros sobre suporte papel, inclusive livros, visto que a biblioteca constituía uma de suas três seções; as outras eram a primeira- Seção de Arquivo, e terceira- Gabinete de Fotografia.

O regimento de 1954, que iria vigorar durante um decênio, indica uma notável expansão do conceito de documento, entendido a partir de então como todo registro sobre suporte papel, independente do tipo. A partir de então, estabelece-se uma divisão do acervo que deveria vigorar pelos trinta anos seguintes: acervo histórico e artístico, acervo numismático e acervo documental¹⁵. Note-se que o conceito de documento, quer dizer, registros sobre suporte papel, uniformiza todos os acervos com essa característica (objetos bibliográficos e arquivísticos).

Os regimentos de 1960 e 1961 não trazem nenhuma alteração, com relação ao conceito de documento ou à estrutura organizativa encarregada dessa parcela do acervo. Em 1975, um novo regimento¹⁶ introduz alterações significativas na organização do Museu Histórico Nacional. As divisões passam a ser definidas pelas ações que lhes dizem respeito e não mais por área de acervo. O arquivo passa, junto com a biblioteca e o arquivo fotográfico, a ser da alçada da Divisão de Documentação e Divulgação.

No regimento de 1975, o Arquivo recebeu o adjetivo histórico, denominação que conserva até hoje.

A ABORDAGEM TÉCNICA E A RECONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DOCUMENTO- 1982-1990.

Em 1982, em função da criação da Fundação Nacional Pró-Memória, um novo regimento é elaborado. Uma das inovações apresentadas por este novo regimento é o aparecimento de uma área de coordenação, responsável pela realização de pesquisas dentro dos campos de atuação do Museu e também pela execução de atividades de caráter científico e técnico e de estudos para aquisição de bens culturais¹⁷. O tratamento técnico, entretanto, continua sendo atribuição de áreas especializadas. Apesar dessas mudanças organizacionais, o conceito

de documento, entendido como registro sobre suporte papel, continuou a definir o acervo depositado no Arquivo.

A partir de 1982 iniciou-se a aplicação de conceitos e práticas que visavam modernizar a noção de documento em uso na Instituição, bem como o tratamento técnico do acervo. Em 1983, um texto gerado pela equipe técnica¹⁸ formaliza um novo conceito de documento que terá profunda influência sobre a abordagem do acervo em geral e do arquivístico em particular, bem como seu tratamento técnico. Trata-se da noção de documento como suporte de informações.

O acervo do museu, independente do seu caráter (objeto tridimensional, arquivístico ou bibliográfico), passa a ser visto como base sobre a qual estão registradas informações. O Museu passa a ser pensado como estrutura de um sistema de informações. Ainda que respeitadas as especificidades do tratamento técnico das respectivas áreas (museológica, arquivística e biblioteconômica), tal sistema é construído visando garantir o acesso do público em geral à informação. Juntamente com o conceito de cultura, o conceito de documento como suporte de informações passa a definir todo o acervo, substituindo os de relíquia e documento enquanto registro sobre suporte papel.

O regimento de 1987 vem formalizar práticas técnicas que já estavam institucionalizadas, por meio de uma estrutura administrativa e organizacional que respeitava os novos padrões. Dentre outras inovações, introduzia a departamentalização, atribuindo a um Departamento de Acervo “as atividades de documentação, que consistem em reunir, selecionar, armazenar, classificar, catalogar, indexar, recuperar e disseminar o acervo das mais diversas naturezas.(...) vistos como importantes fontes de pesquisas,[os acervos] vêm impondo à organização do departamento um verdadeiro sistema de informação (...) desenvolvendo metodologia e instrumentos que permitem recuperar a informação de forma mais eficiente”¹⁹.

A nova Divisão de Arquivo Histórico já vinha se organizando segundo tais diretrizes desde 1983, elaborando instrumentos de pesquisa e recuperação de informação que atendiam a essa nova filosofia de trabalho.

O Arquivo Histórico controla, atualmente, um acervo estimado em cerca de 50.000 itens. Estes estão organizados por coleções, delineadas por titular (o produtor e/ou receptor do documento), por assunto ou por espécie documental. Constituindo importante parcela do acervo preservado no Museu Histórico Nacional, a documentação

arquivística constitui um dos universos mais consultados pelo público especializado, quer dizer, pesquisadores profissionais, acadêmicos ou não, empenhados no levantamento de fontes para suas pesquisas. Algumas das coleções são de alta qualidade e originalidade, particularmente no que tange à iconografia, em seus diversos tipos de suporte. Muito embora o tratamento técnico esteja em constante aperfeiçoamento, já estão consolidados instrumentos de busca e recuperação de informações, que são os catálogos gerais. A existência de tais instrumentos, associada ao conhecimento aprofundado sobre o acervo que os técnicos dominam, tornam bem fácil, ao usuário, o acesso para levantamento ou consulta direta. Esta acessibilidade, que foi sempre o objetivo buscado não apenas pelo Arquivo Histórico, mas pelo Museu Histórico Nacional como um todo, pode muito bem servir de exemplo da função social de Instituição de preservação de patrimônio histórico-cultural.

Notas:

1. DEISS, W. A. **Museum archives: an introduction**. Chicago: Society of American Archivists, 1984, p. 8.
2. Trata-se do Setor de Apoio Administrativo, criado pelo Regimento Interno de 1987. Este divide-se em duas áreas distintas: Arquivo Corrente e Arquivo Permanente. Parte da documentação deste último, aquela diretamente relacionada com o acervo museológico, encontra-se alocada em um setor especializado, o Setor de Controle do Patrimônio.
3. POMIAN, K.- Coleção. Em: ROMANO, R.(org.)- **Enciclopédia Einaudi**. vol.1. Lisboa: Imp. Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 64.
4. Para a aplicação do conceito, v. BARROSO, G., apud DUMANS, A. **A idéia da criação do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional/Gráfica Olímpica, 1947. Por exemplo: "O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis, - espadas que tenham rebrilhado à luz nevoenta das grandes batalhas (...); lanças que cintilaram no punho temeroso dos lendários Farrapos (...), e golpearam, com Andrade Neves, os quadrados paraguaios do Avaí (pp. 4-5).
5. "O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e início do século XX, ser o fundamento do fato histórico (...) parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica." (L.F. GOFF, J. Documento/Monumento. in ROMANO, R. (org.)- Op. cit., p. 96.) Pode-se acreditar que os "documentos tridimensionais", tanto quanto os documentos de arquivo, uma vez localizados, passavam por alguma espécie de crítica. Esta lhes certificava a autenticidade, quer dizer, legitimava sua incorporação ao acervo do museu.

6. BRASIL, Museu Histórico Nacional- **Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, 1924. O Catálogo trata todos os itens expostos como objetos, não fazendo nenhuma distinção entre objeto tridimensional e registro sobre suporte papel. Entretanto, todos os itens relacionados na Secretaria, Sala do Diretor e Sala de Conferências, com três ou quatro exceções, constituem itens do último tipo.
7. LE GOFF, J.- *Op. cit.*, p.95.O grifo é nosso.
8. BARROSO, G.- **A coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional/Imprensa Nacional, 1944. Trata-se de um catálogo no qual a aquisição Miguel Calmon é dividida em categorias e os itens são estudados de maneira bastante minuciosa.
9. A proposta programática do Museu Histórico Nacional pode ser examinada em DUMANS, A.-*Op. cit.*, pp.3-15.
- 10."Apesar da limpeza cuidadosa e constante, algumas preciosas relíquias têm sido atacadas pela umidade e por insetos de todos os tipos. Resulta daí sua deterioração, em alguns casos irremediável. (...) Algumas litografias e fotografias se encontram em muito mau estado." BRASIL, Museu Histórico Nacional- Relatório da Direção para o ano de 1938., p. 6. pp.3-15. Acervo do Setor de Apoio Administrativo/ Arquivo Permanente.
11. BRASIL, Museu Histórico Nacional- Relatório da Direção para o triênio 1945-1947. Acervo do Setor de Apoio Administrativo/ Arquivo Permanente.
12. São relacionadas oito espécies documentais: diplomas, cartas particulares, mapas e plantas, publicações impressas, cartas patentes e documentos oficiais, fotografias e litografias e diversos.
- 13."Possuindo hoje o Museu uma seção de Arquivo, para lá foram encaminhados os documentos retirados das salas, onde poderão ser consultados a qualquer momento pelos interessados." (BRASIL, Museu Histórico Nacional - Relatório da Direção para 1949. Acervo do Setor de Apoio Administrativo/ Arquivo Permanente).
14. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura- Regulamento do Museu Histórico Nacional, cap. II, art.2.
15. Idem, ibidem, cap. III, art. 9.
16. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura- Regimento interno do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, 1975.
17. A criação da FNPM deu-se em 1981, como coroamento de uma série de estudos e experiências que visavam à modificação do conceito de patrimônio histórico no Brasil. O conceito que passa a ser adotado é o de bem cultural, ou seja, qualquer bem, material ou não, que represente, de alguma forma, a dinâmica e a tradição cultural do povo brasileiro. No caso dos museus, e particularmente do Museu Histórico Nacional, tal conceito substitui os de relíquia e de documento.
18. BRASIL, Museu Histórico Nacional- **O que deve ser entendido por Coordenadoria de Tratamento Técnico do Acervo**. Rio de Janeiro, 1983 (mimeo).
19. BRASIL, Museu Histórico Nacional- O Museu Histórico Nacional. São Paulo, Banco Safra, 1989, p.17.

Referências:

- BARRÓSO, G. A Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Regulamento do Museu Histórico Nacional**
____. **Regimento interno do Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro, 1975.
- BRASIL, Museu Histórico Nacional. Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional.**
Rio de Janeiro: 1924
- ____. **O Museu Histórico Nacional.** São Paulo, Banco Safra, 1989.
- ____. **O Museu Histórico Nacional.** São Paulo, Banco Safra, 1989.
- ____. **O que deve ser entendido por Coordenadoria de Tratamento Técnico do Acervo.**
Rio de Janeiro: 1983. (mimeo)
- ____. **Relatório da Direção para 1938.**
- ____. **Relatório da Direção para triênio 1945-1947.**
- ____. **Relatório da Direção 1949.**
- DEISS, W.A. Museum archives: an introduction.** Chicago: Society of American Archivists, 1984
- DUMANS, A. A idéia da criação do Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947.
- LE GOFF, J. Documento/Monumento.** Em: Romano, R. (org.) **Enciclopédia Einaudi,** vol.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- POMIAN, K. Coleção.** Em: ROMANO, R. (org.) **Enciclopédia Einaudi,** vol.1 Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

